

Resumo: O texto defende a necessidade de mudanças na própria Igreja devido às transformações ocorridas na sociedade. Numa primeira parte o texto apresenta a íntima interação entre Igreja e sociedade numa perspectiva teológica. Em seguida enfatiza a importância da Igreja Local neste particular. Numa terceira parte analisa o impacto das transformações socioculturais na Igreja da América Latina e do Brasil considerando sobretudo o evento de Aparecida. E numa última parte se apontam algumas prioridades pastorais a serem assumidas pela Igreja.

Abstract: The author stresses the need of changes within the Church due to the transformations that occurred in the society. The text presents in the first part an intimate interaction between Church and society in a theological perspective. Then special emphasis is placed on the importance of the local Church itself. The third part analyses the impact of socio cultural transformations on the Church in Latin America and Brazil focusing mainly on the event of Aparecida. In the last part some pastoral priorities are singled out which the Church should take into account.

As mudanças socioculturais e a Igreja no Brasil

Mário de França Miranda, SJ*

* O autor é Jesuíta, doutor em teologia e professor da PUC do Rio.



É evidente que as mudanças ocorridas na atual sociedade repercutem intensamente no interior da Igreja. Aqui não pretendemos examinar em profundidade as causas dessas transformações socioculturais, e sim considerar como elas impõem novas tarefas para a Igreja no Brasil, seja na área da reflexão, seja no campo da pastoral. Todos sentimos a insuficiência das soluções passadas, que em contextos já desaparecidos se revelaram decisivas e eficazes. Mas experimentamos também como a Igreja deve mudar para fazer frente aos novos desafios e poder continuar a ser o que deve ser, isto é, sacramento da salvação de Jesus Cristo para a sociedade. Para tal ela deve ser significativa, pertinente, próxima, para seus contemporâneos.

Nossa exposição se apresenta dividida em quatro partes. As duas primeiras são de cunho mais fundamental e as duas últimas, de ordem histórica e pastoral. Começaremos mostrando como a Igreja, em sua dimensão institucional, se encontra em estreita relação com a sociedade na qual se acha inserida, influenciando-a e sendo por ela influenciada. Em seguida, enfatizaremos a importância da Igreja Local na atual conjuntura. Numa terceira parte, nos voltaremos mais para a Igreja no Brasil, procurando entender melhor sua situação atual a partir de sua história, da repercussão nela do Concílio Vaticano II bem como das Assembleias Episcopais promovidas pelo CELAM, ressaltando, sobretudo algumas aquisições da última Assembleia Geral de Aparecida. Finalmente, uma quarta e última parte terá como objetivo apresentar algumas consequências pastorais desta exposição, sem pretensão alguma de esgotar a temática.

I – A interação da Igreja e do contexto sociocultural

Alguém poderia perguntar: por que é tão importante para a Igreja levar a sério as transformações ocorridas na sociedade ao longo da história? A resposta a essa questão já foi respondida no Concílio de Calcedônia, ao afirmar que a divindade de Cristo estava sem mistura (*inconfuse*), mas também sem separação (*indivise*) na humanidade de Cristo. Nosso conhecimento do Verbo de Deus aconteceu através do Jesus histórico. “*O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos e o que nossas mãos apalparam da Palavra da Vida [...], nós vos anunciamos [...]*” (1Jo 1,1-3). Chegamos ao Filho eterno através da humanidade de Jesus de Nazaré. Confessamos ter na pessoa de Jesus Cristo a plenitude da verdade e da salvação, mas temos



de reconhecer que ela se manifesta num contexto sociocultural bem determinado, no qual foi entendido, acolhido e seguido por seus contemporâneos. Além disso, a pessoa de Jesus Cristo nos é conhecida “*como num “espelho, confusamente”*”, como diria S. Paulo (1Cor 13,12). Pois a tensão entre o “já” e o “ainda não” acompanha sempre nossa compreensão da verdade revelada, de tal modo que a Igreja “tende continuamente para a plenitude da verdade divina” (*Dei Verbum* n.8).

Observemos, ainda, que o acolhimento da verdade revelada na fé é parte *constitutiva* da revelação. Sem a fé, a autocomunicação divina não teria chegado à sua meta e nós a ignoraríamos. Assim, a resposta da fé a Deus, possibilitada pelo mesmo Deus, pertence ao próprio conteúdo do que é Palavra de Deus para nós. E por essa mesma razão devemos afirmar não estar completa a revelação sem a Igreja, enquanto comunidade dos que creem¹. Ainda mais. A revelação não pode ignorar o horizonte cultural em que vive essa comunidade de fé, sob pena de não ser simplesmente entendida, sob pena de não ser simplesmente revelação. Não podemos negar esse substrato humano, sempre presente nas expressões doutrinárias, nos preceitos éticos ou nas estruturas jurídicas encontradas na Igreja. A Palavra de Deus não cai num vazio antropológico, num ser humano abstrato ou numa sociedade indeterminada. Ela, sendo sempre a mesma, só é alcançada na mediação histórica e mutável na qual se faz presente.

A Igreja é uma realidade humano-divina. Ela é divina porque foi querida por Deus e por Ele determinada com componentes que a distinguem de qualquer outro grupo social. Esses constituem o que denominamos seus *elementos teológicos*: a pessoa de Jesus Cristo, a ação do Espírito Santo, a proclamação da Palavra, a acolhida na fé, a celebração dos sacramentos, especialmente do batismo e da eucaristia, a presença do ministério ordenado. Essas características provindas da revelação é que nos levam a denominar a Igreja como Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, Comunidade Salvífica.

Mas a Igreja é também uma comunidade humana, que existe enquanto distinta dos outros grupos humanos. Todo grupo humano demonstra sua identidade porque seus membros estão unidos por quatro elementos que lhes são *comuns*. De fato, fazem *experiências* comuns, partilham *compreensões* comuns dessas experiências, chegam assim a

¹ DULLES, A., *Models of Revelation*, New York, 1996, p. 220.



avaliações comuns, que possibilitam *decisões* comuns². Contudo, tais elementos comuns não surgem de repente, nem brotam do nada. Enquanto comunidade humana, ela é, constitutivamente, uma comunidade de sentido e de valor, pois se compreende e se constitui sempre no interior de uma *linguagem recebida*, de um horizonte cultural transmitido, de uma interpretação determinada dos eventos, que possibilita sua compreensão da realidade e sua escala de valores. Habitamos um mundo social criado por outros e que nos permite entender e avaliar a realidade à nossa volta.

O evento Jesus Cristo, suas ações, suas palavras, sua morte e ressurreição representam o componente transcendente da comunidade eclesial, agregando e vivificando seus membros. Ele abre para a humanidade um novo quadro interpretativo da realidade que possibilitará experiências comuns, compreensões comuns, avaliações comuns e compromissos comuns, constituindo, assim, a Igreja. Trata-se de uma comunidade com identidade própria, a saber, a manifestação social da modalidade de vida inaugurada por Jesus Cristo. Nela estão presentes não só a pessoa de Jesus Cristo, mas também as Escrituras, a Tradição, os dogmas, a liturgia, os santos etc. Podemos caracterizar esse conjunto como a *dimensão objetiva* da Igreja.

Observemos, entretanto, que tais componentes só constituem *de fato* a Igreja uma vez que sejam *recebidos e apropriados* por cada geração de cristãos. Só então ganham vida, entram na realidade social, emergem para os contemporâneos no discurso e nas práticas dos cristãos. Estamos às voltas com a *dimensão subjetiva* da Igreja. Essa dimensão nunca é geral, teórica ou uniforme, pois os que crêem, esperam e amam, vivem sempre em contextos concretos, somente nos quais poderá ser dada uma resposta a Deus pela fé vivida. Desse modo, a comunidade cristã sempre se constitui e se compreende com as representações mentais, as categorias sociais, as estruturas organizativas presentes e atuantes em seu respectivo contexto sociocultural.

Não nos deve admirar, portanto, que a Igreja, no curso de sua história, tenha se apropriado de elementos institucionais à mão para se organizar como comunidade³. Não pretendemos *demonstrar* como essa afirmação se deu realmente ao longo da história da Igreja, que papel os

² KOMONCHAK, J.A. *Foundations in Ecclesiology*. Boston, 1995, p. 83-88.

³ RATZINGER, J. "Demokratisierung der Kirche?", em: RATZINGER, J.; MAIER, H. *Demokratie in der Kirche*. Limburg, 1970, p. 9.



fatores de cunho social, cultural, político e até econômico tiveram em sua atual compreensão. A influência do platonismo, da divisão do mundo em âmbitos de poder sagrado e de poder político, da figura do imperador romano, do conflito com as autoridades civis na gestação da jurisprudência eclesiástica, bem como a rejeição da modernidade como inimiga da Igreja, com a conseqüente criação de “espaços” católicos na sociedade, são alguns exemplos de que a Igreja nunca se compreendeu e se realizou prescindindo do respectivo contexto histórico. As publicações do grande eclesiólogo dominicano Yves Congar já fornecem uma fundamentação convincente a partir da história da Igreja⁴. Dito mais sinteticamente: não podemos negar que, em sua configuração institucional, a Igreja do tempo das catacumbas não era a mesma do Renascimento, ou que a mesma na era patrística também se distinguia da que hoje conhecemos⁵. De fato, enquanto comunidade encarregada de viver e proclamar a salvação trazida por Jesus Cristo, não podia a Igreja se furtar ao diálogo com seu contexto sociocultural e político, pois exatamente nele viviam não só os cristãos, mas ainda aqueles a serem evangelizados. Era, portanto, fundamental conhecer a linguagem dominante, as práticas sociais, os desafios da época, para se fazer entender e ser significativa para a vida real de seus contemporâneos.

Também daqui podemos entender que a Igreja, em sua configuração institucional, tenha se transformado no curso dos séculos, por causa das mudanças da própria sociedade. Pois, repetimos, a Igreja muda para conservar sua identidade e sua finalidade. É nesse sentido que se afirma que ela se *autoinstitucionaliza* no curso da história. Essa configuração institucional não deve ser vista como algo extrínseco à realidade eclesial, como algo meramente organizatório, que poderia dela prescindir mantendo sua verdade e sua existência. Ao contrário. Os componentes teológicos constitutivos da comunidade de fé só serão uma realidade viva se encontrarem formas e estruturas adequadas pelas quais possam ser *vividos* pelos membros da comunidade. Afirmar que a Igreja é teologicamente uma *comunhão*, sem oferecer uma tradução na dimensão institucional, impede que essa comunhão seja de fato uma realidade. Sem estruturas de participação não haverá comunhão⁶. Bem sabemos o que se

⁴ Ver, sobretudo, sua obra *L'Église de Saint Augustin à l'époque moderne*, Paris, 1997².

⁵ Para maiores detalhes ver FRANÇA MIRANDA, M., *A Igreja numa sociedade fragmentada*, S. Paulo, 2006, p. 135-139.

⁶ POTTMEYER, H.-J. *Towards a Papacy in Communion*. New York, 1998, p. 130s.



passou com a doutrina da colegialidade episcopal, aprovada no Concílio Vaticano II mas sem chegar a ser plenamente vivida, por faltarem as bases jurídicas e institucionais para sua realização.

Como instrumento e sinal do Reino de Deus na história, é importante que a Igreja viva os valores evangélicos, que a salvação de Jesus Cristo seja uma realidade em seu seio. Se sua mensagem é *contradita* por seu modo de vida, por suas práticas e estruturas, então sofre a Igreja em sua própria finalidade, pois ela é vista por nossos contemporâneos a partir de seu exterior, que pode impedi-los de chegar ao que ela realmente é. Do ponto de vista institucional, haverá uma crise na comunidade eclesial (como, aliás, em outros grupos sociais, como família, escola, classe política) sempre que as experiências, as compreensões, as avaliações e os compromissos comuns dos membros da comunidade, não mais se encontrem na instituição concreta que lhes foi legada. Pois suas expressões e práticas, formulações doutrinárias e morais, dinamismos e estruturas, não mais se adequam à realidade vivida pelos membros da comunidade. Essa realidade lhes apresenta novos desafios, novos contextos, novas mentalidades, que exigem uma nova configuração. O aparente embate entre a fé e o mundo pode ser, de fato, a oposição entre a fé plasmada e vivida no século XIII, com a fé do século XX⁷.

II – A importância da Igreja Local

Não podemos falar da interação entre Igreja e contexto sociocultural sem destacar o papel da *Igreja Local* nesta questão. Porque essa interação acontece exatamente na Igreja de um contexto sociocultural, concreto e determinado. Entretanto, a temática referente à Igreja Local é muito ampla e será aqui apresentada muito brevemente, destacando apenas o que mais condiz com o nosso tema. Entendemos *Igreja Local* não somente como uma diocese, mas também como um conjunto de dioceses de uma região dotada de características socioculturais semelhantes e, portanto, com iguais desafios. Equivale a Igreja Particular, expressão mais empregada no Concílio Vaticano II, porém menos aceita hoje por parecer “parte” da Igreja Universal, quando, de fato, nela subsiste “a uma e única” Igreja Católica⁸. A história da Igreja nos apresenta exemplos dessa

⁷ RATZINGER, J. *Dogma e anúncio*. S. Paulo, 1977, p. 143.

⁸ Sobre isso ver: DIANICH, S.; NOCETI, S. *Trattato sulla Chiesa*. Brescia, 2002, p 345 nota 134.



Igreja Local tendo uma Igreja Principal ou Metropolitana que, em regime sinodal, regulamentava questões como sagração de bispos, divisões de dioceses, normas canônicas e litúrgicas, disciplina do clero e dos leigos (LG 23). Naturalmente tinha grande peso o entorno cultural que moldava uma configuração própria para a Igreja Local⁹.

O Concílio Vaticano II considera a Igreja Universal como uma *comunhão de Igrejas*, ao afirmar que “a Igreja de Jesus Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis”, mesmo que sejam “pequenas e pobres, ou vivendo na dispersão” (LG 26). Pois todas elas são “formadas à imagem da Igreja Universal, nas quais e pelas quais subsiste a Igreja Católica una e única” (LG 23). Nelas está presente verdadeiramente a Igreja de Cristo (CD 11). Por conseguinte, a Igreja Universal não consiste na soma ou na confederação de Igrejas Locais, que pudessem ser consideradas meras repartições administrativas da única Igreja Universal¹⁰. E, por sua vez, a Igreja local só é Igreja se em comunhão com as demais Igrejas (AG 38) consideradas sincrônica e diacronicamente.

A *catolicidade* da Igreja não pode ser considerada uma universalidade que aniquilasse as características próprias de cada povo ou região, pois cada Igreja Local deve oferecer às demais seus dons em vista de uma maior plenitude (LG 13). Para isso, a Igreja deverá se inserir no contexto sociocultural onde se encontra (AG 10), aproveitando a sabedoria, as artes e as instituições dos povos para expressar a glória do Criador (AG 22). A catolicidade da Igreja não é apenas formal (mesma constituição teológica), mas *real*, ao apresentar configurações diversas das experiências cristãs e das comunidades de fé. A Igreja é *católica* (universal) por estar às voltas tanto com o desafio das religiões na Ásia, quanto com a pobreza na África, ou com a crítica da modernidade na Europa, ou ainda com os marginalizados da América Latina.

O papel da sede romana como sinal da unidade da igreja é de fortalecer a comunhão entre as Igrejas Locais, supervisionando as mesmas para garantir sua comunhão e, assim, a unidade da Igreja de Jesus Cristo¹¹. A história da Igreja nos demonstra que o exercício do primado pode variar

⁹ GRESHAKE, G., “Zwischeninstanzen zwischen Papst und Ortsbischofen”, em: MÜLLER, H.; POTTMEYER, H. J. (Hrsg.). *Die Bischofskonferenz: theologischer und juristischer Status*. Düsseldorf, 1989, p. 98ss.

¹⁰ KASPER, W. *Teologia e Chiesa*. Brescia, 1989, p. 290.

¹¹ JOÃO PAULO II. *Ut unum sint* n. 74.



no *modo* como é exercido. Conseqüentemente, existe a possibilidade de se “encontrar uma forma de exercício” que “se abra a uma situação nova”¹². Pois as Igrejas Locais são fundamentalmente *sujeito*. Embora historicamente tenha havido tensão entre a Sede Romana e Igrejas Locais, devemos afirmar que a missão do primado, de fortalecer e confirmar as Igrejas Locais na fé e na vivência da caridade, demonstra que a força e a unidade do episcopado indicam a força e a eficácia do primado¹³.

Urge em nossos dias a volta de uma instância entre o papa e o bispo local como se deu no passado. As Igrejas Patriarcais, “por divina Providência”, reuniram-se em comunidades com “leis próprias, rito litúrgico próprio, e patrimônio teológico e espiritual próprio” (LG 23). Nesse tempo, a compreensão da Igreja como uma *comunhão de Igrejas* entre si e com a Igreja de Roma era uma realidade experimentada. Depois, houve uma fusão do cargo pontifício enquanto sucessor de Pedro com a missão do Patriarca do Ocidente, uma evolução cujo ponto mais alto se deu com Inocêncio III, que considerava o mundo como uma grande diocese cujo bispo era ele¹⁴. Essa evolução histórica deveria ser desfeita, permitindo a criação de novos patriarcados. De fato, a uniformidade do direito eclesiástico, a uniformidade da liturgia, o controle das sedes episcopais por parte de Roma, não provêm necessariamente do primado enquanto tal¹⁵.

Observemos ainda que a diversidade entre as Igrejas Locais é causada também pelo próprio *Espírito Santo*. Pois o Espírito, atuando na comunidade dos fiéis, não só mediatiza e atualiza Jesus Cristo, mas faz surgir novas compreensões de sua pessoa, novas maneiras de viver a fé, novas estruturas de comunhão eclesial. Através do discernimento dos sinais dos tempos, dos desafios existenciais, dos carismas diversos que desperta, Ele é não só princípio de unidade, mas também de diversidade. Para muitos, não é nada fácil aceitar tais verdades por causa do peso do

¹² *Ibid.* n. 95.

¹³ BUCKLEY, M., *Papal Primacy and the Episcopate. Towards a relational Understanding*, New York, 1998, p. 72s. Ver ainda W. Klausnitzer (*Der Primat des Bischofs von Rom*, Freiburg, 2004, p. 448 nota 338) que menciona, nessa mesma linha, outros teólogos como Hünermann, Henn, Pottmeyer, Neuner.

¹⁴ GRESHAKE, G., *Der dreieine Gott. Eine trinitarische Theologie*, Freiburg, 2007, p. 424ss.

¹⁵ RATZINGER, J., *O Novo Povo de Deus*, S. Paulo, 1974, p. 138; POTTMEYER, H.-J., *Towards a Papacy in Communion*, New York, 1998, p. 133-135.



passado (centralismo romano, uniformidade como unidade, nostalgia da cristandade)¹⁶.

A razão desta exposição sobre a Igreja Local está no fato de que é exatamente ela que realiza concretamente a missão da Igreja. E a identidade última da Igreja é ser missionária, é estar a serviço do Reino de Deus¹⁷. Daí a clara afirmação do Vaticano II: “A Igreja peregrina é por sua natureza missionária. Pois ela se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai” (AG 2). Daí podermos concluir que a vivência e a proclamação do Reino de Deus devem não só ser a *meta* de todo o corpo eclesial, mas também *modalidade* em vista desse objetivo. Não só as pessoas deverão corresponder a essa finalidade, como também as estruturas, os cargos, as organizações, os grupos, as teologias, as pastorais, as normas, enfim tudo o que constitui o lado institucional da Igreja. Porque tudo isso é *meio* e não fim.

III – O impacto das mudanças na Igreja da América Latina e do Brasil

Sem dúvida alguma, a raiz das transformações do catolicismo no continente latino-americano está no Concílio Vaticano II. João XXIII, ótimo conhecedor da história da Igreja, percebeu a distância entre a Igreja de então e a sociedade moderna. Esse fato dificultava sobremaneira sua tarefa evangelizadora. Daí, a busca de uma atualização (*aggiornamento*) da Igreja que a tornasse mais capaz de proclamar a mensagem evangélica e de agir no mundo. Mas, para se atualizar, ela necessitava conhecer a realidade onde se encontrava. Daí a segunda palavra-chave para se entender o Vaticano II: *diálogo*. Ao entrar em diálogo com seu interlocutor, a Igreja não apenas fala e influencia, mas também escuta, aprende, é influenciada, se questiona, se modifica, se atualiza. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II se distingue dos anteriores, por não ter procurado corrigir erros doutrinários ou morais, mas simplesmente por

¹⁶ Ver as realistas observações de KOMONCHAK, J.A., “La réalisation de l’Église en un lieu”, em: ALBERIGO, G.- JOSSUA, J.P. (Ed.), *La réception de Vatican II*, Paris, 1985, p. 107-126.

¹⁷ DIANICH, S., *Chiesa in missione. Per una ecclesologia dinamica*, Torino, 1987; POTTMEYER, H.-J., “Die Frage nach der wahren Kirche”, em: *Handbuch der Fundamentaltheologie III*, Tübingen, 20002, p.159-184.



pretender atualizar a mensagem da salvação de Jesus Cristo, conhecendo melhor e levando a sério o destinatário¹⁸.

Para melhor compreendermos e valorizarmos a opção do Vaticano II no que diz respeito à relação Igreja e sociedade, recordemos como ela se dava no passado. Pois, nesse tempo, essa relação consistia em grande parte no relacionamento da Igreja com o Estado¹⁹. Este era considerado a representação suprema da vida social e política, acima de qualquer outra autoridade, e com poderes de direito para garantir o bem-estar dos cidadãos. Constituiu realmente uma *sociedade perfeita* dotada de finalidade própria, como ensinava Aristóteles e concordavam seus seguidores na Idade Média. Além disso, comparavam a sociedade a um *organismo*, comandado pela cabeça, a saber, o rei, ou simplesmente o governo. Daí serem os cidadãos e suas possíveis associações representados sem mais pelo Estado e por ele absorvidos. Esse fato explica que a relação da Igreja com a sociedade irá se limitar, em grandes linhas, a seu relacionamento com o Estado.

Por seu lado, a *Igreja* também irá se conceber, analogamente ao Estado, como uma entidade de direito autônoma e autossuficiente, independente de qualquer outra instituição, dotada das propriedades necessárias para alcançar sua finalidade própria, numa palavra, também como uma “*sociedade perfeita*”. Essa compreensão não tem suas raízes no Novo Testamento, mas foi sendo gerada a partir da questão das investiduras, para garantir a autonomia e a independência da Igreja, ameaçada então pelo poder político. Deste último a Igreja tomou mesmo as características e as propriedades. Consequentemente, Igreja e Estado se confrontavam como duas “*sociedades perfeitas*”. Elas se distinguiam não pelas respectivas estruturas, nem pelos meios que utilizavam, mas pelas diferentes *finalidades* e tarefas correspondentes. A Igreja buscava a salvação das almas, enquanto o Estado procurava o bem-estar dos cidadãos.

De fato, contudo, Igreja e Estado se relacionavam como *forças concorrentes*. Devido ao fato histórico da *crístandade*, a Igreja ganhava a última palavra nas disputas, por apresentar um objetivo superior, a finalidade última e mais elevada da humanidade, que está acima do bem-estar dos cidadãos. Entretanto, essa concepção de Roberto Bellarmino

¹⁸ THEOBALD, Ch., “As opções teológicas do Concílio Vaticano II: em busca de um princípio interno de interpretação”, *Concilium* n.312 (2005) p. 128.

¹⁹ BÖCKENFÖRDE, E.-W., “Staat-Gesellschaft-Kirche”, em: *Christlicher Glaube in moderner Gesellschaft. Teilband 15*, Freiburg, 1982, p. 15-26.



irá se enfraquecendo no curso dos anos, seja pelo evento da Reforma no interior do cristianismo, seja pela revolução francesa, que dispensou a fundamentação religiosa do Estado civil e não reconheceu a Igreja como sociedade perfeita.

Dessa breve exposição histórica emerge um fato que nos atinge fortemente ainda hoje. O âmbito político e o âmbito religioso da sociedade se expressaram, dialogaram, entraram em conflito, encontraram soluções, apenas *por meio* das autoridades e instituições da Igreja e do Estado. O cidadão cristão não tinha, como cidadão, nenhum peso na área sociopolítica e, como cristão, nenhuma voz na área religiosa, sendo representado pelas instituições citadas. Estas, por um lado, lhe poupavam uma participação ativa, consciente e crítica por ocasião dos embates cívico-religiosos, mas o condenavam, por outro, a certa passividade e apatia que perdura até nossos dias.

Nesse contexto, adquire importância fundamental a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II. Pois sua finalidade aparece já em sua primeira afirmação: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo...” (GS 1). Subjacente à Constituição está a convicção de que, somente enquanto aceita em seu valor humano, poderá a Igreja ser ouvida e acolhida em sua proclamação evangélica. Desse modo, ela se abre ao diálogo com todos os que buscam construir uma humanidade mais fraterna e mais justa, mesmo que sejam de outras crenças. E reconhece que todos os esforços humanos por melhores condições de vida e de convivência social correspondem ao desígnio de Deus (GS 34) e à ação do Espírito Santo (GS 38).

Conforme *Gaudium et Spes*, a Igreja não está *ao lado* da sociedade por ter uma finalidade própria. Pois sua missão, embora de cunho religioso, repercute na organização e no fortalecimento da comunidade humana (GS 42). Os leigos cristãos são estimulados a agir na sociedade civil à luz da fé e da doutrina do magistério (GS 43). Mas a Igreja não só colabora com a sociedade, mas também é por ela ajudada (GS 40), seja pela linguagem e cultura de uma época ou de uma região, seja por novas formas de organização social mais aptas à sua missão salvífica (GS 44). É patente a mudança na relação Igreja e sociedade, quando confrontada com o período anterior.



Retornando de Roma, os bispos latino-americanos se voltam para a realidade deste subcontinente, dando início, no espírito conciliar de atualização e diálogo, às grandes Assembleias Episcopais de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida. Trata-se, sem dúvida, da recepção do Vaticano II na América Latina. A sequência dessas Assembleias se deve às transformações significativas na sociedade. Os bispos encaram sem subterfúgios as duras condições de vida das populações mais pobres, voltam-se mais para elas, apontam as causas das injustiças sociais, respeitam e acolhem as culturas regionais (*Puebla* 385-343).

Na mesma linha está o recente texto de Aparecida. Pois reconhece, em alguns traços, a fraqueza da fé plasmada num contexto de cristandade, frente à atual sociedade (*DA* 12). Afirma que certas estruturas eclesiais contribuem para que muitos deixem a Igreja e busquem alhures respostas para suas inquietações e aspirações (*DA* 225). Os bispos em Aparecida exigem uma autêntica *conversão pastoral* que implica abertura para o novo, liberdade diante do tradicional, busca “de novas formas para evangelizar de acordo com as culturas e as circunstâncias” (*DA* 369). A mútua interação entre Igreja e sociedade também foi por eles reconhecida. “A pastoral da Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros” (*DA* 367). E não só a pastoral, pois há “a necessidade de uma renovação eclesial que implica reformas espirituais, pastorais e também institucionais” (*DA* 367). Ou, como os bispos afirmam expressamente, urge “abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (*DA* 365).

Querer entender a situação da Igreja no Brasil em sua relação com a sociedade atual, exige certo conhecimento da nossa história. Pois só assim teremos consciência das conquistas e das deficiências que nos foram legadas do passado. Vejamos. No período colonial, que se estende até a proclamação da República, Igreja e Coroa estão unidas num empreendimento comum: conquistar novas terras para Portugal e trazer seus habitantes para a fé católica. Desse modo, ambas as instituições se reforçam e legitimam mutuamente. Para o imaginário do tempo, a conquista dos reis portugueses se revestia de um caráter missionário e divino. Desse modo consegue a Coroa portuguesa, para melhor realizar sua missão, importantes privilégios da Santa Sé, como nomeação de bispos, recolhimento e administração do dízimo, sustento do clero, construção de Igrejas, aprovação de documentos eclesiásticos, mesmo dos que vinham de Roma, etc. Era o tempo do *padroado*. Hoje, reconhecemos que houve forte dependência da Igreja com relação à Coroa.



As vantagens para sua tarefa missionária, já que todos deviam ser católicos e batizados, caso não o fossem ainda, trouxeram também consequências negativas duradouras. Primeiramente, uma *fragilidade institucional*, uma vez que a Igreja se apoiava na monarquia. Aliada ao Poder, ela se sentia suficientemente forte e, assim, não desenvolveu como devia sua estrutura interna. Em seguida, dessa situação resultou a ausência de uma *pastoral de conquista* entre os responsáveis e de *compromisso* entre os fiéis, já que ser católico e ser brasileiro se equivaliam. Além disso, a influência da Igreja na sociedade colonial se fazia sempre por meio da Coroa, impossibilitando uma ação *própria* que constituísse, por exemplo, um laicato consciente. As prioridades do Estado tinham, de fato, primazia diante das prioridades da Igreja.

Nesse tempo, o catolicismo dominante no Brasil era de cunho devocional, trazido pelo catolicismo medieval português, expresso na devoção aos santos, nas promessas, na comunicação com os mortos, nas procissões, despreocupado de doutrinas e sacramentos. Um catolicismo familiar que floresceu tranquilamente sem qualquer mediação institucional ou clerical. Esse fato revela quão *limitada* era a influência real da Igreja na sociedade, embora esta fosse considerada católica. Também explica a passividade do católico diante do poder instituído, fazendo-o atuar como fator de estabilidade e de continuidade, seja pela união de Igreja e Coroa Imperial, seja por esta religiosidade popular.

Com o advento da *República*, a Igreja perde suas regalias e ganha finalmente sua *liberdade*. A separação de Igreja e Estado foi dura, por ela não ter desenvolvido suficientemente sua própria estrutura. A chegada do clero e de religiosos vindos da Europa amenizou em parte esta lacuna. Mas o reatamento das relações diretas com o Vaticano favorecerá a implantação de uma pastoral europeia, mais voltada para a classe média urbana, enquanto a maioria da população brasileira era rural e bem subdesenvolvida. Enfim, uma pastoral que não levava em conta o contexto brasileiro.

As fortes mudanças ocorridas no país, pela crescente *modernização* a partir de 1955, acabaram por repercutir no interior da Igreja. Esta se coloca a favor das transformações estruturais reclamadas, dirigindo sua atenção para os camponeses das zonas rurais, embora com fortes reações provindas de certos setores eclesiais. A recém-fundada CNBB terá um importante papel nesse momento, pelas mudanças em favor das classes populares. A paz selada com o governo militar implantado em



1964, devida à eliminação do “perigo comunista”, não teve longa duração. Abusos de poder, violências, torturas, mesmo de leigos católicos e até de sacerdotes e bispos, em nome da doutrina da segurança nacional, levaram a Igreja a tornar-se uma *crítica* ferrenha do regime vigente. Por volta de 1978, ela passa a trabalhar preferencialmente com as classes mais pobres. Marco significativo dessa opção foi o corajoso documento intitulado *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*.

O pontificado de *João Paulo II* terá importantes consequências para a Igreja do Brasil. Sua abertura a outras religiões, ou mesmo sua sensibilidade para a diversidade cultural no mundo, representam passos decisivos e corajosos para a Igreja Católica. Mas a preocupação da Santa Sé em acalmar o movimento pós-conciliar, sua insistência na centralização romana, seu controle da reflexão teológica, seus critérios para a nomeação de novos bispos, acabam por repercutir claramente em nossa Igreja. Embora continue próxima aos pobres em grande parte das dioceses brasileiras, pôde-se observar uma mudança na ênfase de seus pronunciamentos, uma diminuição da importância dada ao apostolado social, um maior silêncio sobre as Comunidades Eclesiais de Base, uma maior preocupação com movimentos de classe média. Com relação ao governo, a CNBB manteve sempre sua independência, sabendo criticar o modelo econômico adotado nos últimos anos, embora às voltas com problemas internos urgentes, como o avanço do pentecostalismo em nosso país ou a expansão de uma cultura secularizada na sociedade.

Mas a Igreja no Brasil, apesar de todo o seu esforço em favor de uma sociedade mais justa e fraterna, não vem conseguindo mobilizar devidamente seus membros na construção de uma nação marcada pelos valores cristãos. Algumas das causas provêm da própria sociedade. Temos uma democracia frágil, pois a maioria da população não apresenta um nível de *educação* que lhe permita exercer sua cidadania consciente e eficazmente. Podemos acrescentar ainda a complexidade de um país de dimensões continentais, que inviabiliza um conhecimento adequado das questões em jogo. Mencionemos ainda que, numa sociedade pluralista, a tolerância global acarreta uma forte erosão do *ethos* social, uma anarquia no sistema de valores, um relativismo sem fronteiras que dificulta sobremaneira a convivência humana²⁰.

²⁰ RATZINGER, J. Chiesa, *Ecumenismo e Política*. Torino, 1987, p. 202s.



IV – Prioridades pastorais

As mudanças socioculturais são amplas, como vimos, e ocasionam numerosos desafios para a Igreja. Certamente, ao procurar fazer frente a esses desafios atuais, a Igreja irá ganhando uma configuração nova, mais apta e mais condizente com a realidade vivida em nossos dias. Priorizamos algumas linhas pastorais, descritas brevemente, sem excluir outras que poderiam ser acrescentadas. Orientou-nos bastante nesta tarefa o texto do Documento de Aparecida.

1) A ênfase na experiência salvífica

O cristianismo nasceu da *experiência salvífica* feita pelos primeiros discípulos com Jesus Cristo, que os levou a testemunhar, em palavras e com a própria vida, a força salvadora de Deus por meio de seu Espírito. A transmissão da fé consiste em testemunhar tal experiência a outras gerações, para que também possam dela participar. A autêntica tradição consiste em transmitir uma *realidade viva*, a saber, o próprio Deus se entregando a nós no Filho e no Espírito para nos salvar.

Numa sociedade de cristandade, essa experiência já era suposta, pois a própria sociedade oferecia o quadro religioso que facilitava a experiência salvífica e sua identificação. Ao contrário de hoje²¹. Nossos contemporâneos são céticos com relação a discursos e ideologias, e famintos por referenciais sólidos onde possam ancorar e orientar suas vidas²². O fascínio pelas religiões do Oriente, a irrupção mesmo ambígua do pentecostalismo, a busca do silêncio, do conhecimento próprio, são fenômenos que questionam um catolicismo demasiadamente racionalizado, juridicamente enquadrado, autoritariamente governado. Como já se escreveu: “ser cristão significa então, simplesmente, fazer parte de um grande aparelho e ter a ideia de que existem inúmeras orientações morais e dogmas difíceis”²³.

A pastoral hoje não mais pode ser impositiva ou proibitiva. Ela deve consistir num convite à liberdade de cada um para uma experiência

²¹ MOINGT, J., *La transmission de la foi*, Paris, 1976; Id., “Transmettre un avenir de foi”, *Recherches de Sciences Religieuses* 81 (1993) 11-27.

²² ALVAREZ BOLADO, A., *Mística y secularización. En medio y a las afueras de la ciudad secularizada*, Bilbao, 1992.

²³ RATZINGER, J., *O sal da Terra*, Rio de Janeiro, 1997, p. 100.



salvífica com Jesus Cristo, apresentando positivamente a atraente mensagem do Mestre de Nazaré, como magistralmente vem fazendo Bento XVI em suas encíclicas. O encontro pessoal com Jesus Cristo foi enfatizado em Aparecida, mas esbarra em mentalidades e práticas tradicionais que podem torná-lo inócuo. Cabe à pastoral valorizar a opção livre da fé e não esconder o seu risco, oferecer uma pedagogia da oração pessoal com um contato direto com a Palavra de Deus, abrir momentos de silêncio e interiorização em nossas celebrações.

2) Cristãos missionários

Toda a razão de ser da Igreja, como vimos, está na proclamação e realização do Reino de Deus, o que a compromete seriamente. Daí a afirmação do Concílio Vaticano II, de que a Igreja só será sinal levantado, luz do mundo e sal da terra, enquanto “viver profundamente a vida cristã” (AG 36). Enquanto comunidade dos seguidores de Cristo, o imperativo missionário atinge a todos na Igreja, todos constituem o “*novo sacerdócio*” (1Pd 2,9; Ap 1,6), e o verdadeiro culto consiste na oferta da própria vida a Deus (Rm 12,1), fazendo o bem aos demais (Hb 13,16). O documento de Aparecida afirma que “cumprir essa missão não é tarefa opcional, mas parte integrante da identidade cristã” (DA 144), consistindo essa missão em partilhar a experiência salvífica com Jesus Cristo, testemunhando-o e anunciando-o a outros (DA 145).

Essa missão se refere primeiramente ao mundo (DA 210), mas também se realiza no interior da Igreja (DA 211). Tanto num setor como no outro, os bispos em Aparecida demonstraram que os leigos necessitam de maior *autonomia e participação*, já que são verdadeiros sujeitos eclesiais e competentes interlocutores entre a Igreja e a sociedade (DA 497a). Também na Igreja, os leigos “hão de ter parte ativa e criativa na elaboração e execução de projetos pastorais a favor da comunidade” (DA 211), participando “do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução” (DA 371). Naturalmente, o objetivo visado pelos bispos em Aparecida dificilmente se tornará realidade, se não houver uma séria e profunda mudança na mentalidade do clero e maior criatividade nas instituições eclesiais.



3) O respeito à diversidade e ao itinerário próprio de cada um

No passado, devido à homogeneidade cultural e religiosa, havia o pressuposto tácito de que todos os membros da Igreja estavam de certo modo *igualmente* receptivos e aptos para receber as orientações e as normas da autoridade eclesial. A pessoa, no que tinha de única e distinta das demais, não era levada em consideração. Esse fato gerava má consciência em alguns enquanto favorecia o afastamento de outros, já que não conseguiam seguir os padrões éticos prescritos. Na atual sociedade, que tanto preza a subjetividade, a Igreja deveria espelhar o jeito de Jesus Cristo abordar cada pessoa, partindo de sua realidade e levando-a a avançar. Esse comportamento pastoral, que não elimina as metas comuns para todos, procura respeitar os diversos itinerários para essas metas.

Tarefa difícil, porque pressupõe adequada formação teológica, bondade e misericórdia no coração dos pastores e agentes pastorais, como também uma reeducação da própria comunidade eclesial, acostumada a padrões uniformes de comportamento. Aceitar a diversidade na Igreja, é aceitar certa diversidade de pertença já conhecida de todos nós. Uma pastoral voltada para os mais afastados pode parecer minimalista para alguns, mas é o que pode ser pedido desses católicos neste momento. O que nos parece simples, pode exigir deles grande empenho e sacrifício.

4) A formação teológica

Devido a razões históricas já mencionadas, o catolicismo brasileiro está assentado em bases frágeis. Muitos batizados, e poucos realmente evangelizados. O que explica a saída de muitos para outras Igrejas, ou sua queda na indiferença religiosa. Sem descurar uma pastoral dos sacramentos, devemos insistir hoje numa maior evangelização. Porque o que está em questão em nossos dias é a *própria fé*. O mundo secularizado em que vivemos, mesmo apresentando manifestações marginais, ambíguas ou autênticas, de religiosidade, se constitui num sério obstáculo à fé do indivíduo. O quadro social cristão do passado, que respaldava a fé de nossos antepassados, não mais existe, exigindo do cristão uma séria formação que lhe forneça internamente o que externamente a sociedade não mais lhe proporciona. Aqui se explica uma busca de formação



teológica por parte dos leigos, até com maior entusiasmo do que por parte dos clérigos. A ascensão cultural das classes sociais mais simples, e o pluralismo de visões da realidade, de valores éticos, hoje reinante, exigem do agente pastoral e, sobretudo, do presbítero, uma cultura geral mais ampla e uma formação teológica mais profunda, que lhe permitam responder às problemáticas existenciais, culturais e sociais atuais. Infelizmente, constata-se, e não só no Brasil, uma queda no nível dos estudos nos seminários e nas faculdades de teologia.

5) A promoção de grupos de vivência cristã

Uma das características da atual sociedade, sobretudo nas grandes cidades, é a solidão. Daí uma busca enorme por experiências comunitárias, por sentir-se acolhido, entendido e ajudado por um grupo. Embora afirmemos teologicamente ser a Igreja uma comunidade, nela poucos conseguem uma autêntica experiência eclesial. Daí a necessidade e a urgência de se criarem novas concretizações de Igreja. Tais grupos menores de cristãos já são uma realidade em nosso país, mas deveriam ser mais valorizados e incrementados. Eles representam o espaço onde seus membros podem melhor viver sua fé e desenvolver uma ação pastoral correspondente. Para que isso aconteça, não devem se fechar em si mesmos, mas contribuir com outros grupos na paróquia ou na diocese, a saber, devem ser grupos missionários.

6) A responsabilidade da Igreja Local

Os cristãos só vivem sua fé a partir de sua *realidade existencial e sociocultural*. Com outras palavras, a fé cristã só será realmente vivida, na medida em que penetre no modo particular com que cada pessoa vê, expressa e vive sua realidade. Compete às Igrejas Locais aproveitar toda a riqueza do seu entorno para melhor evangelizar, proclamar a Palavra de Deus, celebrar a fé, organizar as comunidades, refletir a verdade cristã, criar estruturas adequadas e eficazes. Naturalmente, sempre em comunhão com as demais Igrejas e com a Sede Romana. Ao bispo de uma diocese (ou aos bispos de um regional) compete estar atento às necessidades de suas ovelhas, ao seu contexto vital, aos seus desafios. Não ajuda à Igreja Universal o silêncio das Igrejas Locais, pois a iniciativa de uma acaba por reverter no bem das demais, como já aconteceu nas Assembleias do CELAM com relação à Igreja Universal.



7) A opção preferencial pelos pobres

Esta opção foi reafirmada em Aparecida por Bento XVI em seu discurso inaugural (*DI* 3): “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica daquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza” (*DA* 392). E o documento continua: “tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo” (*DA* 393). A consequência eclesiológica dessa afirmação também aparece neste texto: “A Igreja deve cumprir sua missão seguindo os passos de Jesus e adotando suas atitudes (cf. Mt 9,35s). Ele [...] sendo rico, escolheu ser pobre por nós (cf. 2Cor 8,9), ensinando-nos o caminho de nossa vocação de discípulos e missionários” (*DA* 31).

Sem dúvida observamos hoje certo esfriamento de uma mística de compromisso pelos pobres, mística essa que alimentou as jovens gerações do passado. Mesmo sem querer discutir as causas desse declínio, constatamos com preocupação que, unido ao crescente domínio do fator econômico na sociedade, entrou na Igreja uma mentalidade que preza a ascensão social, a busca por cargos e poder, a diminuição do zelo apostólico, a subserviência interesseira que caracteriza hoje certa parte dos jovens e dos futuros presbíteros, penetrando também na vida religiosa, em movimentos e organizações laicais. Consola-nos, contudo, a vida de tantos que labutam heroicamente nas regiões mais pobres em pleno anonimato, sem o reconhecimento e as honras oficiais, porém mais fiéis à mensagem e à pessoa de Jesus Cristo. Aí se encontra a mais autêntica comunidade cristã, pois aí existe mais amor, fé, esperança, abnegação. O verdadeiro centro da Igreja é algo diferente de seu centro de governo e administração²⁴.

Conclusão

A reflexão acima certamente apresenta lacunas e requer matizações, por tratar de um tema tão vasto. As mudanças na Igreja são lentas pela diversidade de mentalidades e práticas, de gerações e etnias nela presentes, as quais devem ser respeitadas. Mas nossa fé confessa ser o

²⁴ RATZINGER, J., *O Novo Povo de Deus*, p. 230, citando Urs von Balthasar.



Espírito Santo aquele que “rejuvenesce a Igreja e renova-a perpetuamente” (LG 4). Portanto nossa preocupação com a Igreja deve se expressar não só numa reflexão, mas na oração a Deus, protagonista primeiro de toda pastoral.

Endereço do Autor:

Rua Marquês de São Vicente, 389
22451-041 Rio de Janeiro, RJ
E-mail: mfranca@puc-rio.br